



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE

PROGRAMA DE CONCURSO

Aquisição de Prestação de Serviços em Tecnologias e Sistemas de Informação



DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Identificação e objeto do concurso

1. O Concurso tem por objeto a adjudicação de uma proposta com vista à aquisição da Prestação de Serviços em Tecnologias e Sistemas de Informação, para o integrador de sistemas, nos termos definidos no caderno de encargos, resultante do procedimento adjudicatório ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º Código de Contratos Públicos (CCP).
2. A sua tramitação ocorre integralmente na plataforma eletrónica Acingov acessível através do endereço www.acingov.pt.
3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os contratos públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objeto principal do presente procedimento integra-se na seguinte divisão da classificação CPV: 72000000-5 Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio.

Artigo 2º - Entidade adjudicante

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, doravante designado por OROC, pessoa coletiva 500 918 937, com sede na Rua do Salitre, 51, 1250 -198 Lisboa, telefone (+351) 21 353 61 58 e endereço eletrónico secretariageral@oroc.pt.

Artigo 3º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da OROC na sua reunião de 15 de março de 2023 no qual aprovou também as peças do procedimento.

Artigo 4º - Peças do procedimento e regras de prevalência

1. Os elementos que instruem o processo são o Anúncio, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e respetivos anexos, que prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica, em caso de divergência.



2. As indicações constantes do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.
3. Os elementos acima indicados são integralmente disponibilizados na plataforma eletrónica identificada no nº 2 do artigo 1º, desde a data de publicação do anúncio.
4. Caso as peças não sejam disponibilizadas desde o dia da publicação do anúncio, há lugar, oficiosamente ou a pedido de qualquer interessado, a prorrogação de prazo para apresentação de proposta, no mínimo por período equivalente ao atraso verificado.
5. À prorrogação do prazo aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 64º do CCP.
6. As normas do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento relativas às fases de formação e de execução do contrato com aquelas desconformes.

Artigo 5º - Pedidos de esclarecimento, reporte de erros e omissões e retificações oficiosas

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados ao Júri do procedimento, pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica até às 17:00:00 horas do último dia do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. No mesmo prazo devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, que atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, devam ser por si detetados.
3. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se refere o nº anterior tem a consequência prevista no nº 3 do artigo 378º do CCP, aplicável por remissão do artigo 454º do mesmo diploma.
4. Para efeitos do presente procedimento consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;



- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar o Júri do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados nos termos do nº 1 e o órgão competente para a decisão de contratar, pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
 6. Caso a pronúncia seja pela aceitação de erros e omissões, o órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
 7. Independentemente do previsto nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, caso em que haverá lugar a prorrogação de prazo, nos termos do disposto no artigo 64º do CCP.
 8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como, as decisões sobre as mesmas tomadas são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
 9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



Artigo 6º - Prorrogação de prazo para a entrega de propostas

1. Para além das situações previstas no nº 4 do artigo 4º e nº 6 do artigo 5º, haverá lugar a prorrogação do prazo para a apresentação de proposta:
 - a) Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos em 5. sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito;
 - b) Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, impliquem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento.
2. Na situação referida na alínea a) do número anterior o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado e, na mencionada na alínea b) o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. O prazo fixado para apresentação das propostas pode, ainda, ser prorrogado pelo período considerado adequado, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o qual aproveita a todos os interessados.
4. Haverá, igualmente, lugar a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas, quando a decisão relativa a eventual pedido de classificação de documentos da proposta, apresentada nos termos do disposto no artigo 66º, não seja comunicada ao interessado e notificada aos demais interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
5. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que às mesmas tenham acedido publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º e nos nºs 1 a 3 do artigo 131º.



Artigo 7º - Concorrentes

1. Podem ser concorrentes pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em qualquer das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55º-A do CCP.
2. Cada concorrente apenas poderá apresentar uma única proposta que englobe a totalidade das prestações abrangidas pelo procedimento.

Artigo 8º - Agrupamentos concorrentes

1. Podem igualmente ser concorrentes agrupamentos de pessoas individuais ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar representante comum para a prática de todos os atos no âmbito do presente concurso, devendo para o efeito entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada uma delas, ou não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que a constituem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária devendo os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 81º do CCP, ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 9º Modo de apresentação das propostas e dos demais documentos

1. A entrega da proposta ao presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública identificada no artigo 1º, obedecendo aos termos previstos na



Lei 96/2015, de 17 de agosto.

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
3. Se pela sua natureza ou origem os documentos que não possam ser redigidos em língua portuguesa terão de fazer-se acompanhar de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
4. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados nos termos dos artigos 54º e 68º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.
5. Os documentos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete na plataforma.
6. Os documentos que originariamente não se encontrem assinados com recurso a certificado qualificado pela entidade emitente ou que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, de quem os submete na plataforma, atestando a sua conformidade com o documento original.
7. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376º do Código Civil e do nº 6 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 12/2021, de 09 de fevereiro, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do nº 2 do artigo 146º do CCP.
8. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a concorrente submeter à plataforma eletrónica



um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

Artigo 10º - Conteúdo da proposta e seus documentos

1. Sob pena de exclusão, apenas são admitidas propostas para a totalidade dos serviços especificados no caderno de encargos.
2. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme ficheiro autónomo disponibilizado e que constitui o Anexo I, ao presente programa;

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento.

O documento deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve o respetivo DEUCP ser assinado pelos respetivos representantes que tenha poderes para o obrigar, caso a formalidade seja exigível pelo regulamento acima identificado.

A formalidade de assinatura do DEUCP pode ser dispensada, se cumpridos os requisitos de autenticação eletrónica decorrentes do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

b) Certidão permanente ou declaração indicativa do respetivo código de acesso.

c) A proposta de preço total, que deve identificar de forma individualizada:

- i. Preço para a implementação total do projeto/solução;
- ii. Indicação do preço hora homem proposto;
- iii. Preço para licenciamentos necessários e contemporâneos à implementação;
- iv. Indicação de custos unitários e totais de licenciamento para a primeira anuidade subsequente;
- v. Preço hora para serviços de manutenção em regime de bolsa de horas e total para o número mínimo de horas definido no caderno de encargos.



- d) Informação necessária à avaliação dos recursos humanos propostos (subfactor experiência profissional), nomeadamente, curriculum vitae detalhado de cada um dos membros da equipa a alocar à prestação de serviços, com indicação expressa da sua habilitação académica, do número de anos de experiência detida em serviços semelhantes, acompanhada dos respetivos certificados comprovativos de certificações e de ações de formação frequentadas e identificação do elemento que assume a função de coordenação;
- e) Documento que contenha a informação necessária à avaliação da proposta (subfactor solução proposta), nomeadamente, que descreva a solução proposta e respetiva metodologia de execução, acompanhada dos respetivos cronogramas – prazos parciais e totais de execução, com declaração expressa do prazo proposto (em dias de calendário) para a execução das prestações previstas nos pontos 1 e 2, da cláusula 1ª do caderno de encargos, (exceto a que respeita à manutenção pós implementação);
- f) Declaração, sob compromisso de honra, em que o concorrente declara que não existe conflito de interesse, nem por parte da sua representada, nem de qualquer dos membros da equipa técnica, que ponha em causa a garantia de independência na execução das diferentes tarefas necessárias ao bom desenvolvimento do trabalho;
- g) Documento contendo outros aspetos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.

Artigo 11º - Prazo para a apresentação de proposta

1. As propostas serão entregues, até às 17.00:00 horas do 30º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia, conforme previsto no nº 1 do artigo 136º, do CCP.
2. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
3. A retirada de uma proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do respetivo prazo.



Artigo 12º - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 13º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 14º - Análise das propostas – Esclarecimentos e suprimento de irregularidades

1. As propostas são analisadas em todos os seus termos ou condições e atributos, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 146º e n.º 2 do artigo 70º, sendo excluídas aquelas cuja análise revele alguma das situações previstas nos referidos normativos, bem como as que não cumpram a condição fixada no n.º 1 do artigo 10º.
2. Para efeitos de análise ou da avaliação da proposta o Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários.
3. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo a indicar, mas nunca superior a cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de suprimento e em que este seja possível, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b) A junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira e cuja tradução não integrou a proposta;



- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de retificação devidamente assinada e limitada aos documentos que já integram a proposta.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos nºs 2 e 4, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
 6. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
 7. Nos casos em que, sobre proposta ou propostas concorrentes, se possa configurar proposta de preço anormalmente baixo, o júri não poderá propor a exclusão da proposta com tal fundamento, sem previamente solicitar ao respetivo concorrente que, em prazo adequado a fixar, preste, por escrito, esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta.
 8. O não suprimento, pelo concorrente, das irregularidades notificadas ao abrigo do nº 4 do Artigo 14º., constitui contraordenação grave, nos termos do artigo 457º do CCP.

Artigo 15º - Critério de adjudicação – Avaliação das propostas

1. As propostas, relativamente às quais que não se registe qualquer causa de exclusão, são submetidas a avaliação para efeitos de adjudicação, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade multifator, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 74º do CCP, de acordo com os seguintes fatores e subfactores elementares e as seguintes ponderações:

A. Mérito técnico da proposta e experiência profissional dos recursos humanos – 50%;

a. Avaliação da equipa proposta 50%

A equipa proposta é avaliada nos subfactores indicados, de acordo com os seguintes descritores, numa escala de percentual de 0 – 100 %. Foram identificados 3 subfactores: Habilitações Académicas Ensino Superior em Engenharia de Sistemas ou equivalente (Hab_{xx}), Certificações (Cert_{xx}) e Experiência *Profissional* (Exp_{xx}).



Tabela 1–Critérios de avaliação da equipa proposta/ Subfactor de habilitações académicas

Habilitações Académicas Ensino Superior em Engenharia de Sistemas ou equivalente (Hab_{xx})		
Possui habilitações?	Sim	Não
Gestão de Projeto (Hab _{GP})	100 %	0 %
<i>Solution Architect</i> (Hab _{SA})	100 %	0 %
<i>Developers</i> (Hab _{DEV})	100 %	0 %
<i>Testers</i> (Hab _{TT})	100 %	100 %

Associado ao subfactor de habilitações académicas, deve ser calculada a Ponderação Total da equipa relativa ao subfactor de habilitações académicas:

$$PT_Hab_{Equipa} = \frac{\sum Hab_{GP} + \sum Hab_{SA} + \sum Hab_{DEV} + \sum Hab_{TT}}{N_{Total}},$$

PT_{HabEquipa}: Ponderação total da equipa relativa subfactor de habilitações académicas

N_{Total}: número total de recursos contemplados na proposta

Nota: o número de colaboradores por função é no mínimo de um.

Tabela 2 - Critérios de avaliação da equipa proposta / Subfactor de certificações

Certificações (Cert_{xx})			
Nº de Certificações	0	[1-3]	>3
Gestão de Projeto (Cert _{GP})	0 %	80%	100%
<i>Solution Architect</i> (Cert _{SA})	0 %	80%	100%
<i>Developers</i> (Cert _{DEV})	0 %	60%	100%
<i>Testers</i> (Cert _{TT})	0 %	100%	100%

Associado ao subfactor de habilitações académicas, deve ser calculada a Ponderação Total da equipa relativa ao subfactor de certificações:

$$PT_Cert_{Equipa} = \frac{\sum Cert_{GP} + \sum Cert_{SA} + \sum Cert_{DEV} + \sum Cert_{TT}}{N_{Total}},$$

PT_{CertEquipa}: Ponderação total da equipa relativa subfactor de certificações

N_{Total}: número total de recursos contemplados na proposta

Nota: O número de colaboradores por função é no mínimo de um.

Tabela 3 - Critérios de avaliação da equipa proposta / Subfactor de experiência profissional

Experiência Profissional (Exp_{xx})				
Experiência (em anos)	0	[1 - 3]	[3 - 6]	>6
Gestão de Projeto (Exp _{GP})	0 %	10 %	50 %	100 %
<i>Solution Architect</i> (Exp _{SA})	0 %	10 %	50 %	100 %



<i>Developers</i> (Exp_{DEV})	0 %	30 %	80 %	100 %
<i>Testers</i> (Exp_{TT})	0 %	50 %	100 %	100 %

Associado ao subfactor de habilitações académicas, deve ser calculada a Ponderação Total da equipa relativa ao subfactor de experiência profissional:

$$PT_{Exp_{Equipa}} = \frac{\sum Exp_{GP} + \sum Exp_{SA} + \sum Exp_{DEV} + \sum Exp_{TT}}{N_{Total}}$$

$PT_{Exp_{Equipa}}$: Ponderação total da equipa relativa subfactor de experiência profissional

N_{Total} : número total de recursos contemplados na proposta

Nota: o número de colaboradores por função é no mínimo de um.

Desta forma, a ponderação total da equipa proposta resulta do cálculo destes 3 subfactores, sendo expressa na seguinte fórmula:

$$PT_{Equipa} = \frac{PT_{Hab_{Equipa}} + (PT_{Cert_{Equipa}} * 2) + (PT_{Exp_{Equipa}} * 2)}{5}$$

PT_{Equipa} : Ponderação total da equipa proposta

A fórmula apresentada anteriormente atribui pesos diferentes aos subfactores onde foi atribuído maior criticidade aos subfactores relativos às certificações e anos de experiência dos recursos da equipa proposta.

[Através dos cálculos demonstrados anteriormente é possível preencher a Tabela 4.]

O concorrente de forma a comprovar a experiência profissional dos recursos afetos à execução tem obrigatoriamente de apresentar, sob pena de exclusão, os currículos profissionais dos elementos da equipa a alocar à prestação de serviços (em caso de dúvidas, em sede de análise das propostas, poderão ser solicitadas declarações abonatórias das respetivas entidades patronais, com a indicação do início e fim de funções e a descrição das funções exercidas).

b. Solução proposta 40%

i. Cobertura de Requisitos dos Processos

$$PC_{Processos} = \frac{\text{Requisitos cumpridos}}{\text{Requisitos totais}}, \quad PC_{Processos} - \text{Ponderação dos requisitos dos Processos cobertos pela solução proposta}$$

ii. Cobertura de Requisitos da Solução (Técnicos/Funcionais)

$$PC_{Solução} = \frac{\text{Requisitos cumpridos}}{\text{Requisitos totais}}, \quad PC_{Solução} - \text{Ponderação dos requisitos Técnicos/Funcionais cobertos pela solução proposta}$$

[Através dos cálculos demonstrados anteriormente é possível preencher a Tabela 5.]



iii. Avaliação Técnica da Elaboração da solução proposta

A solução proposta irá ser avaliada por uma entidade competente independente designada pelo contratante para avaliar as seguintes dimensões:

1. Arquitetura de Solução
2. Tecnologia(s) proposta(s)
3. Integração da Solução
4. Metodologia de Implementação com as respetivas dependências identificadas e governo do projeto nas diferentes fases, de desenho, de desenvolvimento, de Testes, de Formação/Passagem de conhecimento e operação da solução.

Esta componente de avaliação vai ser qualificada com o fator **PT_{Aval}** com o valor entre 0 % e 100% nas quatro dimensões mencionadas

A avaliação final da Solução da proposta é dada por:

$$PT_{Solução\ Proposta} = \left(\frac{PT_{Processos} + PT_{Solução}}{2} \right) * PT_{Aval}$$

c. Prazo de execução 10%

$$PT_{Prazo} = 100 - \left[\left(\frac{P_{Concorrente}}{P_{Máximo}} \right) \times 100 \right], PT_{Prazo} - \text{Ponderação Total do prazo}$$

$P_{Concorrente}$ – Prazo constante da proposta do concorrente
 $P_{Máximo}$ – Prazo base

Avaliação do Mérito da Proposta

A pontuação a atribuir é a que resultar da aplicação da seguinte fórmula:

$$PA = 50\% \times PT_{Equipa} + 40\% \times PT_{Solução\ Proposta} + 10\% \times PT_{Prazo}$$

B. Preço de implementação do projeto e manutenção - 40%.

$$PB = 100 - \left[\left(\frac{P_{Concorrente}}{P_{Máximo}} \right) \times 100 \right], PB - \text{Ponderação do preço}$$

$P_{Concorrente}$ – Preço constante da proposta do concorrente
 $P_{Máximo}$ – Preço base

C. Preço de licenciamento contemporâneo e uma anuidade seguinte - 10%

$$PC = 100 - \left[\left(\frac{P_{Concorrente}}{P_{Máximo}} \right) \times 100 \right], PC - \text{Ponderação do preço de licenciamento}$$

$P_{Concorrente}$ – Preço constante da proposta do concorrente



$P_{Máximo}$ – Preço base

A **classificação final**(CF) de cada proposta corresponderá à aplicação da seguinte fórmula:

$CF = (PA * 50\%) + (PB * 40\%) + (PC * 10\%)$, em que, PA é a pontuação da proposta no fator A, PB a pontuação da proposta no fator B e, PC a pontuação da proposta no fator C

Habilitações Académicas Ensino Superior em Engenharia de Sistemas ou equivalente	Certificações	Experiência	Ponderação total (PT _{Equipa})
Gestão de Projeto Solution Architect Developers Testers			

Tabela 4 - Avaliação da equipa proposta

Cobertura de Requisitos dos Processos		
	Requisitos Cumpridos	Ponderação Total (PT _{Processos})
Formação Jurídica Controlo de Qualidade Controlo de Atividade Área Técnica Comissão de Inscrição e Estágio Área Financeira e RH		
Cobertura de Requisitos da Solução (Técnicos/Funcionais)		
	Requisitos Cumpridos	Ponderação Total (PT _{Solução})
CRM ERP Gestão Documental		

Tabela 5 - Solução proposta



2. Caso da avaliação efetuada resulte uma situação de empate, constituem critérios sucessivos de desempate:
 - 1º A proposta que obtenha maior pontuação no subfator b. Solução Proposta, integrante do fator A, mérito técnico da proposta;
 - 2º A proposta que obtenha maior pontuação no fator B. Preço de projeto e manutenção;
 - 3º A proposta que obtenha maior pontuação no fator C. Preço de licenciamento;
 - 4º Proposta que contenha a implementação de um módulo de *data analytics*.
3. Persistindo uma situação de empate, o desempate será efetuado por recurso a sorteio. O sorteio será conduzido pelo júri na presença de representante das propostas concorrentes em situação de empate, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 5 dias úteis, por aviso emitido através da plataforma eletrónica e efetuar-se-á com recurso a saco opaco, onde serão depositadas etiquetas com a identificação das propostas em situação de empate. A primeira etiqueta extraída corresponderá à proposta vencedora, sendo, se for o caso, as demais ordenadas de acordo com a respetiva ordem de extração.

Artigo 16º - Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. O Júri elabora, nos termos do artigo 146.º do CCP, um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas e a ordenação das propostas admitidas, de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo não inferior a 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147º do CCP.
3. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera, se for o caso, as observações formuladas e elabora o relatório final de avaliação das propostas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.



4. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
5. O relatório final, juntamente com os demais documentos é submetido à apreciação da entidade adjudicante, para decidir sobre a aprovação das propostas nele contidas, designadamente para efeitos de decisão de adjudicação.
6. No caso em que tenha sido apresentada uma única proposta, não há lugar à elaboração dos relatórios preliminar e final, nem à fase de audiência prévia, conforme o disposto no artigo 125º, aplicável por remissão do artigo 147º.

Artigo 17º - Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato e para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação:
 - i. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP;
 - ii. Documentos emitidos pelas entidades administrativas competentes comprovativos de que não se encontra nas situações previstas d) e e) do nº 1, do artigo 55º do CCP;
 - iii. Certificado de registo criminal, ou na sua falta, documento equivalente, emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, comprovativo de que, a pessoa coletiva e os titulares dos corpos sociais, em efetividade de funções, não se encontram nas situações previstas b) e h) do nº 1 do artigo 55º do CCP;
 - b) Para efeitos da celebração de contrato:
 - i. Apresentar o comprovativo de registo no RCBE ou o respetivo código de acesso, atento o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º



89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP;

- ii. Documento que identifique os intervenientes na outorga do contrato, em representação do(s) adjudicatário(s);
 - iii. Declaração, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
3. Quando o adjudicatário seja um Agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos supra indicados devem ser apresentados por todos os seus membros, nos termos do artigo 6º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, bem como, para efeitos de outorga de contrato o contrato de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 18º - Prazo e modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. É concedido um prazo de 5 dias úteis, contados da data da notificação da adjudicação, para o adjudicatário apresentar reprodução dos documentos de habilitação indicados no número anterior.
2. Os documentos de habilitação são apresentados através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento, nos termos do nº 1 do artigo 5º da Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro.
3. A apresentação da reprodução dos documentos, quando esses se encontrem disponíveis na internet, pode ser substituída pela indicação, pelo adjudicatário, dos endereços onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e os documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.



5. Caso seja detetada alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados ou nas consultas efetuadas, que possam determinar a caducidade da adjudicação, o prazo para a supressão de irregularidades detetadas é de 5 dias úteis.
6. A falta de apresentação dos documentos de habilitação ou a não supressão das irregularidades, no prazo fixado determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no artigo 86º do CCP.

Artigo 19º - Caução

De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do CCP não é exigida a prestação de caução.

Artigo 20º - Minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e, se aplicável, os ajustamentos propostos, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
2. Eventuais reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda, se for o caso, a recusa dos ajustamentos propostos.
3. Caso existam ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário, estes serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 21º - Outorga do contrato

1. A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, exceto se tenha sido apresentada uma única proposta;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.
2. O órgão competente para a decisão de contratar remete ao adjudicatário, para assinatura o contrato, devendo a assinatura ocorrer por meio de aposição de assinatura eletrónica.
3. É de 3 dias o prazo para a outorga e remessa (devolução) do contrato.



4. A adjudicação caduca se:
 - a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado;
 - b) Se, caso de o adjudicatário seja um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 5 do artigo 8º.
5. O contrato considera-se outorgado na data de aposição da última assinatura eletrónica.

Artigo 22º - Informações gerais

1. Informação relativa a Proteção de Dados

Em conformidade com a recomendação constante do considerando 78º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que todos os dados pessoais a que a OROC tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e, sejam objeto de tratamento, este encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 6º do RGPD, sendo aplicáveis todas as regras relativas à transparência e para o exercício dos direitos dos titulares dos dados.

Os dados fornecidos serão conservados pelo prazo mínimo de 4 anos, a contar da data da celebração do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 107º do CCP, sem prejuízo da observância do prazo previsto de 10 anos, nos termos artigo 70.º, n.ºs 1 e 5 da Lei n.º 98/97, de 26/08, na sua atual redação, que aprovou o regime da organização e processo do Tribunal de Contas.

2. Despesas e encargos

São da responsabilidade dos concorrentes as despesas e encargos com a elaboração das propostas.

3. Informação relativa a consulta preliminar ao mercado

Não foi efetuada consulta preliminar ao mercado.



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Artigo 23º - Legislação aplicável

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no CCP, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 78/2022, de 7 de novembro e demais legislação aplicável.

Fernando Virgílio Macedo

Presidente do Conselho Diretivo



ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRAÇÃO PÚBLICA

(disponibilizado o espedrequest como ficheiro autónomo)

ANEXO II

Modelo de Declaração de Habilitação

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], _____ [data]

[assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º